



1 **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CONGREGAÇÃO DA**
2 **UNIFESP – CAMPUS OSASCO REALIZADA EM 07.04.2017**

3 Ao sétimo dia do mês de abril de dois mil e dezessete, às 11 horas, no auditório localizado no piso
4 térreo do prédio situado à Rua Angélica, número 100, Jardim das Flores, município de Osasco,
5 realizou-se Reunião Ordinária da Congregação da EPPEN, *campus* Osasco da UNIFESP, sob a
6 presidência da Diretora Acadêmica, Profa. Dra. Luciana Massaro Onusic. Compareceram: ▪ a
7 Diretora Administrativa, Sra. Juliana Mateusa Meira Cruz; ▪ os chefes de departamento: - de
8 Ciências Atuariais: o vice-chefe, Prof. Danilo Braun Santos; - de Ciências Contábeis: Profa. Dra.
9 Nena Geruza Cei; - de Ciências Economicas: Prof. Dr. Marcelo Soares de Carvalho; - do Eixo
10 Multidisciplinar: Prof. Dr. Mauri Aparecido de Oliveira, e - de Relações Internacionais: Profa. Dra.
11 Fabiana Rita Dessotti; ▪ os coordenadores de cursos de graduação: Prof. Dr. Fábio Alexandre dos
12 Santos, de Ciências Econômicas; Profa. Dra. Marina Gusmão de Mendonça, vice-coordenadora de
13 Relações Internacionais; Prof. Dr. Luis Hernan Contreras Pinochet, de Administração; Prof. Dr.
14 Antonio Cordeiro Filho, de Ciências Atuariais e Profa. Dra. Marina Mitiyo Yamamoto, de Ciências
15 Contábeis. Também, as professoras, Dra. Heloisa Candia Hollnagel e Dra. Ismara Izepe de Souza,
16 representantes do Programa MPGPOP e do NAE, respectivamente. Ainda, os representantes dos
17 segmentos acadêmicos: ▪ dos docentes, os professores: Dr. Douglas Mendosa, Dr. Murilo Leal
18 Pereira Neto e Dra. Nildes Pitombo Leite; ▪ dos TAEs: Sr. Ricardo Vieira Bertoldo e Sra.
19 Rosangela Rocha da Silva, e ▪ dos discentes: Alan Almeida Miron Soldi e Jéssica Franulovic
20 Mendes dos Santos, ambos representando os cursos de graduação, bem como, Mário Henrique
21 Camargo Maciel de Carvalho, representando os programas de pós-graduação. E, por fim, o
22 professor Dr. Bolivar Godinho de Oliveira, justificou sua ausência por estar em período de férias.
23 Às 11h03min, a Profa. Luciana inaugurou a sessão explicando aos conselheiros que, em razão da
24 extensão da pauta, seriam necessários algumas alterações da ordem do dia. Primeiramente,
25 comunicou que a convidada da Reitoria, Sra. Tania Mara Francisco, Diretora do ETAGAE, faria uma
26 apresentação sobre o orçamento, mas, como ainda não tinha chegado ao *campus*, ela trataria do
27 expediente e dos informes. E, havendo possibilidade, adiantaria, também, os assuntos mais breves,
28 evitando assim, comprometimento severo da programação. Com a concordância de todos, iniciou:
29 **EXPEDIENTE** - Consultando os membros sobre os documentos que eram simultaneamente
30 projetados, **por maioria dos votos, descontadas apenas duas abstenções em cada um dos casos,**
31 **as atas das sessões extraordinárias de 17 de fevereiro e 17 de março de 2017 foram aprovadas.**
32 Então, a presidente tratou dos **INFORMES**, começando pelos **Informes da Diretoria Acadêmica:**
33 ► **Câmara de Graduação** – A Profa. Luciana elencou o processo deferido do pedido de
34 integralização de prazo protocolado pela discente Alice Calisti de Souza, bem como a reversão do
35 cancelamento de matrícula de Gabriel Pereira Azevedo, alunos de Ciências Contábeis e Relações
36 Internacionais respectivamente. Os dois casos tinham sido aprovados pela Câmara de Graduação e
37 seguiriam para a ProGrad e os interessados comunicados. Não houve qualquer objeção ou comentário.
38 ► **Alteração Orçamentária e Estimativa de Receita** - Lembrou que a Diretora Administrativa
39 tinha enviado mensagem aos departamentos que carecia de resposta por mesma via, o quanto antes.
40 ► **Renovação do Reconhecimento dos Cursos** - Comentou que fora publicada portaria no último
41 dia 04 de abril renovando o reconhecimento dos cursos de Administração, Ciências Contábeis,



42 Ciências Econômicas e Relações Internacionais. A presidente esclareceu que o assunto seria mais
43 bem discutido com os coordenadores no foro da Câmara de Graduação, porém, era importante
44 compartilhar que a única recomendação ainda pendente era a adequação da rampa de acessibilidade,
45 motivo de despontuação imposta ao curso de Economia e cuja resolução esbarrava nas questões do
46 orçamento, que seriam abordadas ainda naquela sessão e quando noticiariam o andamento da situação.

47 ► **Democratização dos recursos orçamentários** - A Profa. Luciana recordou o questionamento
48 do Prof. Bueno sobre a democratização dos recursos orçamentários quando, na reunião anterior,
49 comparara as gestões atual e anterior. A presidente defendeu que os gestores atuais eram
50 democráticos e, também, tratavam de cumprir o que tinha sido determinado pelos seus antecessores.
51 E, para dissipar tal impressão negativa ela detalhou a aplicação dos 11 milhões de reais recebidos
52 como recurso de capital no ano anterior, apresentando demonstrativo que era projetado
53 simultaneamente. Explicou que a cifra volumosa incluía as grandes obras e, mesmo assim,
54 aproveitou para dar conta de gastos menores, explicando onde tinham sido aplicados os valores.
55 Mencionou as divisórias de salas de aula, reforma de lousas, serviços técnicos profissionais, laudo
56 técnico AVCB, renovação de base de dados, entre outros. Ela quis deixar registrado que todos os
57 gastos tinham sido apresentados ao colegiado. Esclareceu que a única despesa que não tinha sido
58 consultada previamente, no valor de 51 mil reais, se referia à compra dos móveis para a sala de
59 convivências dos TAEs que, no entanto, tinha sido aprovada na gestão anterior. Completou ainda
60 que, com parte desse valor, os bancos instalados nos jardins tinham sido adquiridos para atender a
61 demanda dos alunos por mais áreas externas. A Sra. Juliana complementou que os valores
62 contemplavam outros itens de acessibilidade que foram levantados pelo laudo técnico, como os
63 bebedouros acessíveis. A presidente concluiu que, face à escassez de recursos e variada lista de
64 demandas dos departamentos, era necessária a composição de comissão para análise e
65 direcionamento dos recursos de capital e completou dizendo ter solicitado assessoria da ProPlan para
66 o gerenciamento das questões de acessibilidade que, era evidente, requeria estudo minucioso.

67 ► **Vagas para Professor Visitante** - Esclareceu que a Magnífica Reitora, quando da sua visita ao
68 *campus* em 2015, destinara uma vaga de professor visitante para cada um dos cursos e também para
69 o eixo multidisciplinar. Comentou que durante as suas férias, o vice-diretor tinha se encarregado de
70 reconfirmar na Reitoria a disponibilidade dessas vagas, visto que havia rumores de que as vagas
71 poderiam ser recolhidas caso não fossem utilizadas. Recomendou que os cursos interessados em
72 ocupar essas vagas elaborassem seus editais, pois, as vagas ainda estavam disponíveis. No entanto, a
73 dúvida pairava sobre a contratação de professor visitante para o programa de mestrado, cujo edital
74 estava publicado no sítio do *campus* sem haver vaga. A professora demonstrou preocupação com
75 essa publicação, de uma vaga inexistente, que poderia acarretar alguma forma de protesto. Mas,
76 confirmou ter sido informada pelo Prof. Bueno que o programa de mestrado profissional contava
77 com uma vaga cedida pelo curso de Ciências Contábeis, ao que a Prof. Nena, chefe do referido
78 departamento disse não ter conhecimento. A presidente afirmou que não se opunha a esse tipo de
79 acordo, porém, era necessário que fosse bem acordado entre as partes, devidamente documentado e
80 informado ao colegiado, uma vez que a própria Congregação tinha deliberado à época sobre a
81 destinação de tais vagas e tinha sido decidido que as vagas seriam preenchidas por professores
82 visitantes de reconhecido gabarito, que pudessem enobrecer os cursos de alguma forma, notadamente
83 a pós-graduação. No entanto, lamentou que, em razão dos quadros incompletos de docentes,



84 eventualmente, os visitantes se ocupassem de cobrir demandas da grade. A Profa. Marina Gusmão
85 quis saber se a vaga do curso de Relações Internacionais ainda estava aberta, considerando toda a
86 movimentação que havida em razão de afastamento, remoção e exoneração de docentes da sua área.
87 Com a palavra, a Profa. Nena negou ter cedido vaga de seu curso para outro curso ou departamento.
88 Ela explicou que a ideia era utilizar o professor visitante no programa de mestrado. Ponderou, no
89 entanto, que o passo a ser dado em direção à pós-graduação deveria ser muito bem calculado. Assim,
90 justificou que o curso de Ciências Contábeis – ainda que estando com o número de docentes
91 defasado, o que acarreta sobrecarga aos professores do quadro atual – optara por fortalecer a
92 graduação, cujo resultado acabava de ser coroado pela primeira colocação revelada pelo ENADE.
93 A Profa. Luciana encerrou o informativo solicitando a divulgação das decisões dessa natureza para
94 o colegiado, assim, evitando constrangimentos ou preocupações desnecessárias. Ainda, incentivou
95 que tais vagas fossem utilizadas da melhor maneira possível, evitando serem consideradas ociosas.

96 ► **Atendimento às demandas dos Departamentos pela Secretaria Integrada** - A presidente
97 lembrou que por ocasião da instalação dos departamentos ficara acordado que os recursos
98 financeiros e humanos eram inexistentes para tal. Ela ponderou ser inviável organizar os
99 departamentos sem causar algum impacto, portanto, para tentar atender as demandas dos
100 departamento, ainda que contando com reduzido número de servidores TAEs, a direção e a secretaria
101 integrada haviam acordado a melhor forma de assimilar as novas atividades. Anunciou que o horário
102 de funcionamento da secretaria integrada passaria a ser das 8 horas às 20 horas e que cada
103 departamento contaria com um secretário específico. Ela explicou que as alterações tinham sido
104 pensadas em conjunto, considerando as dificuldades já detectadas e as aquelas possíveis de
105 acontecer. Solicitou a colaboração de todos na tentativa de conciliar os horários com os respectivos
106 servidores e garantiu que o atendimento continuado, princípio do regime 30 horas não seria
107 prejudicado. Agradeceu a colaboração dos servidores TAEs na acomodação daquelas novas
108 atividades, lembrando que aquele segmento tinha demonstrado claramente a sua preocupação com
109 essa demanda por ocasião da discussão sobre a forma de organização dos departamentos, cerca de
110 três anos antes. E, por fim, assegurou que, de sua parte, a busca por mais servidores era ininterrupta.
111 Encerrados os informes, ela avisou que a convidada já estava próxima do *campus* e, para não atrasar
112 os trabalhos, antecipou os itens de rápida análise e resolução, assim, iniciando a **ORDEM DO DIA:**

113 **(4) ESTÁGIOS** - Como de costume, os documentos referentes à autorização para realização de
114 estágios obrigatórios e não obrigatórios, já aprovados *Ad Referendum*, eram projetados e, **por**
115 **unanimidade dos votos, culminaram aprovados os convênios com as seguintes**
116 **empresas:** ▪ DM Vencer Recursos Humanos Ltda.; ▪ Instituto Brava; ▪ Prefeitura Municipal
117 de Franco da Rocha; ▪ Philips Lighting Iluminação; ▪ T-Systems do Brasil Ltda.; ▪ Vetor Brasil;
118 ▪ Rafael Valente Felitte Assessoria Empresarial; ▪ Guelt Contabilidade Ltda; e, por último,
119 também: ▪ Leroy Merlin Companhia Brasileira de Bricolagem. Então, retirou da pauta o ponto:

120 **(6) COMISSÃO DE BANCAS - Adequação do regimento aos departamentos** - A Profa.
121 Luciana justificou que a solicitação partira do vice-diretor e também presidente da Comissão de
122 Bancas, Prof. Julio Zorzenon, que não se encontrava presente por estar participando de banca de
123 concurso da área de Direito. E, sendo apenas um ajuste dos termos do documento, o ponto poderia
124 ser transferido para reunião posterior, sem prejuízo aos trabalhos do órgão assessor da Congregação.



125 **(10) NIT** - A presidente explanou que a Profa. Pollyana, docente do Departamento de
126 Administração e atual vice-presidente no Núcleo de Inovação Tecnológica, solicitava a indicação de
127 representante titular e suplente para os Comitês Técnico-Científicos, incumbidos de analisar
128 solicitações de patentes nas áreas listadas no material que seguira em anexo e, portanto,
129 pressupunham grande volume de trabalho. E, ainda, para o Conselho de Administração, este
130 prevendo reuniões semestrais. Consultou os membros sobre o melhor encaminhamento do assunto e,
131 **por unanimidade, ficou estabelecido que o material explicativo fosse enviado a todos os**
132 **docentes, que deveriam estudá-lo e manifestar interesse na candidatura para qualquer um dos**
133 **postos abertos. Havendo mais de um docente inscrito para o mesmo comitê ou conselho, o**
134 **colegiado definiria a representação em regime de votação.** Por fim, mencionou que o Prof.
135 Hernan, ali presente, bem como a Profa. Karen, participavam do NIT e poderiam tentar a recondução.

136 **(5) CONCURSOS - Apreciação de bancas examinadoras de concursos públicos para**
137 **provimento do cargo de professor Adjunto “A”** - Ela verificou que o quórum era suficiente para
138 encaminhar as votações e consultou a Profa. Nena, vice-presidente da Comissão de Bancas, para dar
139 conta do que o órgão assessor acabara de aprovar em reunião que antecederia aquela sessão e tratou:
140 **▪ Área: Ciências Atuariais – Subárea: Contabilidade Financeira, de Seguros e Previdência** –
141 A Profa. Nena confirmou que aquela banca havia sido aprovada sem qualquer observação enquanto
142 os conselheiros analisavam o material que era projetado. **Por unanimidade, a banca por aprovada;**
143 **▪ Área: Administração – Subárea: Administração de Marketing** – O Prof. Luis Hernan
144 explicou que aquela banca já havia sido aprovada por aquele colegiado, porém, tendo havido
145 alteração de data, era necessário submetê-la novamente. Esclareceu que uma das candidatas inscrita
146 também participaria de outro certame do *campus* agendado exatamente para a mesma data, o que
147 obrigou a alteração da data do concurso de Administração de Marketing, cuja data havia sido fixada
148 depois. Também assinalou que todos os componentes tinham reconfirmado participação na nova data
149 estipulada. Então, mediante questionamento da Profa. Fabiana, a presidente aproveitou para
150 recapitular o histórico daquele caso que a Reitoria havia recomendado reformulação total do
151 concurso, em consequência de um dos inscritos ter participado da reunião do Departamento quando
152 da elaboração dos pontos. Desse modo, para não haver cancelamento do certame, como era a
153 entendimento inicial da Procuradoria, ela própria tinha conversado sobre as possibilidades e a
154 solução encontrada fora recompor a banca examinadora somente com membros externos, bem como,
155 reelaborar todos os pontos. **A Profa. Luciana assegurou que todas as exigências tinham sido**
156 **rigorosamente seguidas e, em regime de votação, a banca foi aprovada por unanimidade;**
157 **▪ Área: Direito – Subárea: Dimensões Históricas e Sociológicas do Direito** – A Profa. Nena
158 explicou que a Profa. Natasha, membro da Comissão para o curso de Direito tinha explicado que o
159 componente externo, vindo de outro estado, a participar daquela banca não oneraria os recursos da
160 universidade visto que estaria em trânsito por São Paulo quando da realização do certame. A Profa.
161 Luciana retomou a palavra para acrescentar que os concursos da área de Direito apresentavam muita
162 dificuldade na formação da banca em consequência do grande número de inscritos, o que acabava
163 por inviabilizar a participação de potenciais membros locais que, frequentemente, tinham seus nomes
164 conflitantes com um ou outro candidato. **Dirimidas todas as dúvidas e consultados em regime**
165 **de votação, os membros aprovaram a banca examinadora. Dois conselheiros se abstiveram.**



166 Nesse momento, por volta das 11h50min, os convidados da Reitoria adentram o auditório e a
167 presidente, ao cumprimenta-los, pede licença para finalizar aquele item da pauta que vinha sendo
168 tratado e obtendo o consentimento, prosseguiu com a análise das bancas examinadores dos concursos:
169 ▪ **Área: Direito – Subárea: Direitos Humanos e Movimentos Sociais** – Conferidos os
170 componentes e, considerando que as explicações do caso anterior também se aplicavam para esse
171 concurso, **a maioria dos conselheiros aprovou a banca examinadora, com quatro abstenções.**
172 ▪ **Área: Relações Internacionais – Subárea: Segurança Internacional** – A Profa. Fabiana se
173 encarregou de apresentar a formação da referida banca e a Profa. Nena esclareceu que o fato de o
174 presidente, Prof. Fabio Alexandre, e um membro interno, Prof. Veneziano, serem do mesmo
175 departamento não inviabilizava aquela composição. A Resolução 116 não permite membros
176 examinadores de um mesmo departamento, no entanto, não há restrição para a presidência.
177 **Em regime de votação, os conselheiros aprovaram a composição da banca, com uma abstenção.**
178 Com as convidadas já no recinto, a presidente deu boas-vindas e as introduziu aos presentes. Passou
179 a palavra para a coordenadora ETAGAE, anunciando que sua exposição da versaria sobre:
180 **(1) ORÇAMENTO** - A Sra. Tânia Mara agradeceu ao convite da Diretoria Acadêmica do *campus*
181 Osasco e agradeceu a companhia das Sras. Georgia Mansour e Marilda Yassuko Umeda Guerra que,
182 assim como a Sra. Juliana Mateusa, participavam do Grupo de Trabalho do Orçamento. Explanou
183 que a sua longa apresentação era a mesma já apresentada ao CONSU, acrescida dos dados mais
184 recentes. Ela fez breve histórico do GT do Orçamento, criado como Comissão de Planejamento
185 Orçamentário Institucional em 2014 com o objetivo de analisar o modelo de rateio do orçamento de
186 custeio entre as unidades e do qual ela própria era a coordenadora. Detalhou sua composição
187 (ProADM, ETAGAE, Divisão de Gestão Orçamentária, Gestão Financeira, Diretorias
188 Administrativas dos *campi* e Coordenação Administrativa da Reitoria). Também explicou que, no
189 final da expansão, o cenário era outro e a matriz ANDIFES (com base na fórmula aluno equivalente)
190 era aplicada o que, para o *campus* Osasco, ainda jovem, resultava como impraticável. Destacou que,
191 àquela época, Osasco não contava com 1,6% do orçamento, no entanto, nos dias de hoje sua parcela
192 era de 4%. Discorreu sobre a proposta do GT de, progressivamente, a matriz fosse alcançada e
193 durante o período intermediário seria aplicado um modelo misto. Lembrou que no final do ano de
194 2014 a dívida da Unifesp era 12,8 milhões de reais, sem contar a energia consumida pelo *campus* São
195 Paulo e Hospital Universitário, e que em 2015 ideia era trabalhar com o índice 50/50, sendo 50%
196 matriz Andifes e 50% execução, reservando uma parcela para a instituição. Relatou ainda que, no
197 início de 2015, a Reitoria tinha optado por criar uma comissão de acompanhamento e controle de
198 orçamento e finanças, da parte de custeio, para tentar equalizar as contas. O modelo objetivava a
199 transparência e o compartilhamento das decisões entre toda a Unifesp. Lembrou que, em janeiro de
200 2015, foi publicada a Portaria 67 cortando 20% do orçamento. Relatou que, apesar das dificuldades,
201 foram encaminhadas reações que resultaram em economia de 15,778 milhões de reais. Porém, não
202 havia mais como reduzir ainda mais os gastos. Citou como exemplo os contratos de limpeza que
203 foram recalculados – passando por revisão dos valores, aumento da eficiência e renegociação dos
204 termos – deixando de ser o principal item de gasto, posto agora ocupado pela energia elétrica,
205 assinalando que a própria fornecedora tinha ficado bem impressionada com a redução de consumo
206 atingida pela instituição e informando que o consumo de Osasco sempre fora baixo e assim se
207 mantinha. Assinalou que o mesmo procedimento de revisão agora atingia os contratos de vigilância,



208 cujo fator determinante também é o metro quadrado. Sublinhou que a aplicação da LDO é
209 praticamente uma operação de recorta e cola, ressaltando que no corrente ano permitiu ao governo
210 ações sem maiores controles do poder legislativo. Acrescentou que cada *campus* tem autonomia para
211 executar seu orçamento de forma descentralizada e que o GT apenas acompanha tais ações. Explanou
212 sobre a relação funcionários terceirizados x servidores TAE, detalhando que aproximadamente 50%
213 da força de trabalho é terceirizada (55,98% Baixada Santista, 51,76% Diadema, 52,3% Guarulhos,
214 58,27% São José dos Campos, 48,86% Osasco e 16,21//5 São Paulo – Média 47,2%). Também
215 explicou que alguns fatores de ponderação são variáveis, mencionando, por exemplo, que o curso de
216 medicina tem maior peso atribuído, também cursos integrais são considerados de forma diversa
217 daqueles noturnos. A Profa. Luciana acrescentou que o orçamento do *campus* Osasco ainda é menor
218 por ter menos alunos e por contar com cursos de peso inferior. Retomando a palavra, a Sra. Tania
219 informou que os gastos com internet e estagiários eram considerados institucionais e, portanto, igual
220 para todos os *campi* e declarou que a totalização do exercício 2016 revelara que São Paulo e Baixada
221 Santista fecharam no vermelho e que os “Restos a Pagar” se configuravam como os grandes vilões
222 do orçamento, demonstrando os números desde 2013, quando a atual gestão assumira a
223 administração e a dívida de custeio pendente no valor de 49 milhões. Exemplificou com os números:
224 R\$ 8.443.903,91 subtraindo-se R\$ 7.866.076,67 = R\$ 577.827,24 (restos a pagar). Ela deu conta das
225 obras em andamento das unidades de Osasco e Diadema, bem como apresentou os valores
226 arrecadados em forma de recursos próprios (aluguéis e inscrições de concursos), aportados aos
227 *campi*, e os valores empenhados. A Profa. Luciana corroborou a fala da futura Pró-Reitora de
228 Administração esclarecendo que enquanto a LOA não é aprovada, o governo libera 50% de 1/18 em
229 capital = 1,5 milhão de reais, cifra essa totalmente empenhada nas obras em andamento. A Sra. Tânia
230 prosseguiu dizendo que, além do contingenciamento já citado, foi publicada também a Portaria 28
231 que cortava 20% dos recursos destinados ao funcionamento (excetuando-se apenas energia e material
232 de consumo). Assim, os 49 milhões de reais recebidos em 2016 para cobrir os 56 itens elencados
233 foram reduzidos a 38 milhões. Informou, ainda, que o Decreto 9.018/2017 estabeleceu novos limites
234 através do corte de 16% no orçamento geral do MEC, lembrando que dos 1/12 calculados para a
235 instituição, apenas 1,18 eram, de fato, recebidos (= 33% de redução). Destacou que os gastos da
236 Unifesp ultrapassavam o valor equivalente a 1/12, justificando que qualquer redução impactava
237 fortemente o orçamento insuficiente por si só. Ela também mencionou que o GT tinha notado uma
238 inconformidade na LOA, que fora confirmada pelo MEC, sublinhando que o Ministério do
239 Planejamento é a pasta que define os recursos destinados a cada ministério e o MEC, por sua vez,
240 tinha estipulado a cifra de 6 milhões de reais para as IFES. Nesse ponto, às 12h45min a Profa.
241 Marina Mityio Yamamoto, que havia deixado o recinto retorna acompanhada do Prof. Sandro Braz e
242 ambos se juntam ao grupo. As inscrições foram abertas e o Prof. Mauri foi o primeiro a se
243 manifestar, declarando que todas as universidades enfrentavam problemas similares, porém,
244 aparentemente, algumas com maior tranquilidade. Dessa forma, entendia o professor, a forma de
245 encarar a crise poderia alterar o impacto em cada uma delas. A Sra. Tânia concordou que a
246 criatividade fazia diferença no enfrentamento das adversidades. Mencionou o trabalho sobre boas
247 práticas para equilíbrio de contas apresentado no FORPLAD e confirmou que a Unifesp era
248 considerada modelo a ser copiado. O Prof. Douglas também citou os resultados do trabalho da
249 Comissão para Segurança do *campus* Osasco que apontavam muito mais para a necessidade de



250 estabelecimento de políticas institucionais abrangentes do que medidas paliativas como a instalação
251 de controladores de acesso, ao que a Sra. Tânia Mara respondeu que a revisão dos contratos de
252 serviços terceirizados estava considerando todas as especificidades e seus impactos tanto no dia a dia
253 dos *campi* quanto do orçamento. Lembrou que os contratos pagavam vigilantes que, na prática,
254 executavam atividades similares ao trabalho de vigia, pois, a instituição não permite que os
255 seguranças portem armas de fogo. Já o Prof. Cordeiro quis saber sobre a possibilidade de a
256 instituição receber doações, citando como exemplo o Bradesco, banco local, que poderia ser um
257 parceiro financiador. A Profa. Luciana reforçou a fala do colega, dizendo que também tinha interesse
258 nesse tipo de alternativa, no entanto, queria saber se recursos advindos de outras fontes não
259 acabariam, de alguma forma, sendo abatidos do orçamento que o governo destina à instituição
260 e quem seria o interlocutor na Reitoria para os casos de chamamentos públicos, lembrando que
261 o mesmo questionamento já tinha sido levantado durante conversa entre as duas e o procurador
262 federal, Dr. Reginaldo Fracasso. A Sra. Tânia Mara afirmou que estava sendo desenhado o esquema
263 procedimental para aportes dessa natureza e em poucos dias seria possível conversar detalhada e
264 assertivamente a esse respeito. A presidente comemorou essa perspectiva promissora que encerrava a
265 apresentação e, agradecendo às visitantes, estendeu os parabéns aos membros do GT, em especial
266 os diretores administrativos dos *campi*. Então, dando continuidade à ordem do dia, tratou do ponto:
267 **(9) AFASTAMENTO – Apreciação do pedido de afastamento de docente do curso de Relações**
268 **Internacionais para pós-doutorado** – Com a palavra, a Profa. Marina Gusmão informou sobre a
269 intenção do Prof. Dr. Fabio Luis Barbosa dos Santos desenvolver pesquisa de pós-doutorado na
270 França, a partir do mês de agosto de 2017. Ela explicou que o curso e o Departamento de Relações
271 Internacionais tinham analisado e aprovado o pleito, com o indicativo de que o segundo colocado no
272 Processo Seletivo Simplificado da subárea de Regimes Econômicos Internacionais pudesse substituí-
273 lo. Acrescentou que a primeira colocada nesse mesmo PSS já estava sendo empossada. A Profa.
274 Luciana disse não estar segura dessa possibilidade de substituição, ao que o Prof. Murilo confirmou
275 ser possível, porém, não garantido. O ex-diretor acadêmico disse que tal situação era prevista pelo
276 Estatuto Geral da Unifesp, no entanto, não estava bem certo se a decisão final para esse tipo de
277 manobra caberia à ProPessoas. A vice-coordenadora do curso, então, explicou que a ideia era que o
278 segundo colocado no PSS ministrasse a matéria da Profa. Fabia, coordenadora que havia pedido
279 exoneração. A Profa. Fabiana destacou que os alunos precisavam se formar e, portanto, muitos
280 ajustes estavam sendo feitos nesse sentido e o afastamento do Prof. Fábio seria apenas uma forma de
281 encaminhar a contratação de substituto para as disciplinas que se faziam necessária. O Prof. Mauri
282 estranhou o fato de a discussão ter desviado para o tema das contratações, uma vez que a pauta era o
283 pedido de afastamento de um colega. A presidente, então, esclareceu que o tema exigia
284 considerações, especialmente no tocante aos alunos que, nenhuma hipótese poderiam ser
285 prejudicados. A Profa. Fabiana explicou que a maior perda se concentrava no desligamento da Profa.
286 Fabia, quem ministrava matéria de último semestre, ao passo que o Prof. Fábio, estava inicialmente
287 escalado para disciplina eletiva durante o período que pretendia se ausentar. Assinalou, também, que
288 o PSS tinha sido realizado para cobrir a remoção de outro docente do curso, o Prof. Flávio Rocha de
289 Oliveira. A Profa. Marina corroborou a fala da colega, dizendo que a ausência do Prof. Fábio era
290 simples de se resolver internamente. Sublinhou que as outras perdas, em especial a exoneração da
291 Profa. Fabia, é que precisavam ser cuidadosamente discutidas e compensadas. A presidente, então,



292 seguindo aquilo que fora pautado e considerando que as disciplinas do docente seriam assimiladas
293 pelos colegas do departamento, **consultou o colegiado sobre o afastamento do Prof. Fabio Luis**
294 **Barbosa dos Santos, que foi aprovado com duas abstenções.** Levando em conta a adiantada hora e
295 que a Profa. Fabiana, coordenadora da Câmara de Extensão, precisava sair, foi acordado que o ponto:
296 **(11) EXTENSÃO - Homologação das ações aprovadas pela CAEC – Câmara de Extensão –**
297 Por tratar de assuntos que não dependiam de qualquer anuência do colegiado para tramitarem
298 adiante, **poderia ser transferido para reunião vindoura. Todos os membros concordaram a**
299 **decisão.** Então, a Profa. Luciana se desculpou, também, com o Prof. Douglas Mendosa por ter
300 deslocado sua apresentação. O professor, por sua vez, manifestou interesse em adiar o ponto
301 **(2) ESTUDO SOBRE SEGURANÇA no CAMPUS OSASCO - Devolutiva da Comissão de**
302 **Segurança** – tendo em vista o quórum já reduzido e o fato de entender que os membros da comissão
303 ainda teriam assuntos a serem melhor trabalhados. **Com a anuência dos conselheiros, o ponto foi**
304 **transferido para a reunião seguinte.** A Profa. Luciana prosseguiu explanando que a questão do
305 orçamento tornava-se premente e, por isso, não poderia ser adiada. Introduziu, pois, o ponto seguinte:
306 **(3) ORÇAMENTO DE CAPITAL - Sistematização das demandas dos departamentos** - A
307 presidente enfatizou que – apesar de os departamentos terem atendido à solicitação da direção, tendo,
308 inclusive, dialogado entre si, e elaborado lista de necessidades – como a apresentação do ETAGAE
309 tinha deixado claro, não havia recurso para atender os itens mencionados. A professora destacou ser
310 de altíssima prioridade as adequações referentes à acessibilidade em razão do apontamento da
311 comissão avaliadora do Ministério da Educação quando da avaliação do curso de Ciências
312 Econômicas. Explicou que o MEC voltaria para reavaliar o curso e, portanto, a recomendação
313 deveria estar cumprida quando isso acontecesse. Assinalou que o setor administrativo tinha
314 encaminhado estudo que demonstrava os valores de 150 mil reais para adequação dos níveis de
315 acessibilidade da área externa (incluindo a quadra) e outro 150 mil reais pra a área interna (incluindo
316 instalação de elevadores). Foi consenso que a Congregação não teria tempo naquela sessão de
317 elencar a ordem de prioridade das demandas compiladas, que eram simultaneamente projetadas. A
318 Profa. Luciana citou que se reuniria com a Procuradoria no dia 28 daquele mês quando, então,
319 poderia confirmar se as doações - de valores ou dos próprios itens indicados - mencionadas por
320 vários membros como possível forma de equacionamento das necessidades dos departamentos e/ou
321 do *campus*, frente à escassez de recursos, já estava regulamentada e, portanto, sendo permitida na
322 instituição. O Prof. Mauri concordou que algumas demandas eram mais prementes que outras, no
323 entanto, julgou que todas deveriam ser levadas a diante, fosse através do orçamento da instituição ou
324 viabilizando formas alternativas de suprimento dessas necessidades. **Não havendo recursos ou**
325 **regulamentação que permitisse o angariamento de doações, a presidente encaminhou que: a**
326 **reunião com a Procuradoria no dia 28 daquele mês deveria tratar da viabilização das doações;**
327 **caso recursos próprios fossem recebidos, o colegiado decidiria, em sessão ordinária ou**
328 **extraordinária, sobre sua destinação, ranqueando as demandas compiladas; e, sendo**
329 **impraticáveis e descartados os dois primeiros procedimentos, os membros decidiriam sobre a**
330 **formação de uma espécie de mini comissão para analisar a ordem de prioridade das demandas**
331 **e a melhor forma de atendê-las. Todos os conselheiros concordaram com os encaminhamentos.**
332 Então, a presidente solicitou que a Profa. Nena, vice-presidente da Comissão de Bancas,
333 permanecesse por mais alguns minutos para participar do debate sobre o tema que viria a seguir. A



334 Profa. Luciana, prevendo que a professora, talvez, não pudesse prolongar por muito mais tempo a sua
335 estada, antecipou sua sugestão de que a Comissão de Bancas deveria encaminhar estudo sobre a
336 elaboração de um quadro de pontuação mais básico, simulando o preenchimento da planilha com
337 dados de docentes dos próprios departamentos e atribuindo-lhes pontuação pertinente, a fim de
338 verificar se o nível de exigência da tabela não excluiria até mesmo os profissionais da casa.
339 **(7) QUADROS DE PONTUAÇÃO DOS CONCURSOS PÚBLICOS - Avaliação do quadro**
340 **de pontuação de concursos públicos para provimento do cargo de Professor da Unifesp** - Com
341 a palavra, o Prof. Murilo compartilhou sua experiência como presidente de banca examinadora de
342 concurso público para docente no qual nenhum candidato tinha sido aprovado, apesar da
343 competência dos inscritos. Em sua opinião, o resultado deveu-se à tabela de pontuação que não
344 permitia que bons candidatos fossem aprovados, além da sua grande dificuldade de preenchimento.
345 Acrescentou que os examinadores não conseguiam aferir pontuação aos candidatos seguindo o rigor
346 da planilha. Como encaminhamento, o professor sugeriu que a Comissão de Bancas analisasse
347 possíveis formas de melhorar a planilha e, ainda, aventou que atribuir 20 pontos para titulação de
348 doutor na área do concurso e, também, bonificar projetos financiados, incluindo bolsas de mestrado e
349 doutorado, seriam medidas simples que favoreceriam alguns bons candidatos recém-doutores ou,
350 pelo menos, não os eliminariam do certame. A Profa. Nena, vice-presidente da Comissão de Bancas,
351 argumentou que os concursos eram atrelados à Resolução 116, ao que o professor ponderou que a
352 normativa não tratava da pontuação, portanto, era possível repensar a distribuição daqueles pontos. O
353 Prof. Fábio Alexandre entendeu que eram duas questões embutidas no item trazido pelo colega. A
354 primeira, dizia respeito à autonomia dos departamentos, gozam da liberdade de elaborar o perfil dos
355 candidatos, mas, que, eventualmente, tem de proceder a ajustes no quadro de pontuação para não
356 eliminar bons candidatos com pouca possibilidade de gabaritar na tabela pulverizada. Outra seria a
357 sugestão de pontuar área específica, o que, achava não ser permitido pela Resolução 116. A Profa.
358 Marina Yamamoto, por sua vez, saudou as colocações do colega e julgou que, sendo possível,
359 deveriam ser acatadas. Assinalou que cada departamento deveria estabelecer o critério de pontuação
360 de acordo com suas necessidades e considerando a proposta do Prof. Murilo, que era muito bem-
361 vinda. Terminou concordando que se os concursos não estavam atraindo ou aprovando os candidatos
362 dentro do perfil elaborado, talvez, fosse porque os mecanismos necessitassem ser rediscutidos. O
363 Prof. Mauri concordou que ser um grande desafio elaborar aquela tabela e defendeu que deveria
364 haver uma forma de pontuar os artigos publicados por sua qualidade. Discordou, no entanto, de que
365 os concursos não estavam atraindo os candidatos. Em sua opinião, as inscrições eram numerosas, no
366 entanto, os candidatos chegavam despreparados. A Profa. Luciana ponderou que a Comissão de
367 Bancas poderia recomendar que os departamentos testassem as tabelas elaboradas antes de aplica-las
368 em concursos que não conseguiriam aprovar. O discente da pós-graduação também corroborou a
369 preocupação do Prof. Murilo declarando que os cursos estavam perdendo bolsas de incentivo e que
370 esse cenário não demonstrava sinais de melhoras para os próximos anos. Também concordou com o
371 Prof. Fábio Alexandre no tocante às publicações, ao mencionar que em sua área, de Economia, não
372 havia conceito “A”, praticamente restrito ao mercado internacional. Portanto, a contratação de novos
373 professores deveria rever tais exigências, pois, os projetos financiados se tornariam cada vez mais
374 raros. Mencionou o seu próprio caso que, apesar de aspirante à carreira docente, não gozava de bolsa.



375 **Ao serem consultados, os membros concordaram que a Comissão de Bancas fosse solicitada a**
376 **elaborar estudo com sugestões/propostas para encaminhar aos departamentos de modo que**
377 **estes possam tornar suas respectivas planilhas e quadros de pontuação mais flexíveis e de**
378 **preenchimento facilitado. Esses quadros e planilhas “revisados” serão, primeiramente,**
379 **submetidos à aprovação da Congregação e, posteriormente, enviados para o setor da Pró-**
380 **Reitoria de Gestão com Pessoas responsável por rever a documentação relativa aos concursos**
381 **públicos para contratação de docentes.** Nesse momento, às 14 horas, a Profa. Heloisa Hollnagel
382 chega e se junta ao grupo remanescente que encerrava esse ponto e iniciava o item subsequente:
383 **(8) APROVAÇÃO DE BANCAS MPGPOP - Homologação de Defesas Antecipadas de**
384 **Mestrado Profissional - Turma 2015** - Antes de conceder a palavra à coordenadora do programa,
385 a Profa. Luciana quis recapitular o contexto daquele que era um assunto que estava sendo
386 reapresentado ao colegiado. Ela explicou que no ano anterior dois mestrados tinham defendido suas
387 dissertações frente a bancas que não tinham passado pela aprovação da Comissão do Programa de
388 Mestrado Profissional e nem pela Congregação, contrariando o regulamento. Acrescentou que a
389 defesa da aluna Ludmilla Carvazere tinha ocorrido durante o período de férias do Prof. Bueno, então
390 coordenador do programa, e, portanto, sob a coordenação do Prof. Mauri, vice-coordenador à época e
391 ali presente. Dessa forma, talvez, em razão do desconhecimento das regras por parte do vice-
392 coordenador, a defesa presencial – uma vez que ainda não havia parecer do Comitê de Ética, como
393 completou a Profa. Heloisa - tinha ocorrido sem que a banca examinadora tivesse sido aprovada.
394 Enquanto o caso do discente Auro Hadano Tanaka, tinha acontecido em outras circunstâncias, já sob
395 a coordenação do Prof. Bueno que, por sua vez, havia se esquecido de submeter a composição da
396 banca à aprovação dos órgãos competentes. Detalhou que essa defesa tinha acontecido por meio de
397 parecer da banca e não presencialmente, assegurando, no entanto, que tal procedimento é permitido
398 no mestrado. E, ainda, que à época que tais bancas foram submetidas à aprovação da Congregação, o
399 aluno estava inscrito em concurso público do *campus* Osasco, o que tinha gerado questionamentos do
400 colegiado. Encerrou dizendo que os processos tinham sido rejeitados pelo colegiado, retornando para
401 aprovação na Comissão do Curso de Mestrado, tendo sido aprovados com uma abstenção e ora eram
402 reapresentados para homologação da Congregação. Ela também sugeriu que os casos fossem
403 analisados separadamente. Com a palavra a Profa. Heloisa defendeu serem ambos os processos casos
404 de lapso interno, decorrência de vários fatores, como férias, fluxo indefinido com a secretária do
405 programa e outros detalhes dos trâmites pertinentes e pediu aos conselheiros olhar cauteloso e sem
406 considerar caso a caso, pois, os equívocos involuntários estavam prejudicando os dois alunos que
407 tinham rigorosamente cumprido a parte que lhes cabia. Abertas as inscrições foi, primeiramente,
408 esclarecido que as bancas tinham ocorrido em agosto e setembro de 2016, e que as aprovações
409 seriam da alçada da Câmara de Pós-Graduação e Pesquisa, a ser composta na sessão de maio. Com a
410 palavra, o Prof. Mauri, orientador da Ludmilla Carvazere explicou que tudo não passara de um
411 grande descuido, explicando que ela tinha exemplarmente terminado o programa antes do prazo e
412 que, a euforia em que estavam envolvidos resultou em falha administrativa e descumprimento das
413 etapas do processo. Salientou que os demais mestrados que estavam concluindo o programa a partir
414 dali, vinham sendo insistentemente orientados a seguirem todos os trâmites. A Profa. Heloisa, por
415 sua vez, preferiu não fazer a defesa do aluno Auro e, então, o Prof. Mauri prosseguiu esclarecendo
416 que o questionamento sobre o caso desse aluno tinha surgido na ocasião em que ele estava inscrito



417 em um concurso do *campus*. No entanto, isso já não mais acontecia e, portanto, solicitou que os
418 conselheiros analisassem os dois casos conjuntamente. **Não havendo objeções, a presidente**
419 **encaminhou a votação dos dois casos ao mesmo tempo, pedindo que se manifestassem os**
420 **membros favoráveis à aprovação das bancas examinadoras dos alunos Auro Hadano Tanaka e**
421 **Ludmilla Carvazere. Foram registrados dez votos favoráveis e duas abstenções e, assim, ambas**
422 **foram aprovadas.** A presidente, então, declarou os trabalhos encerrados às 14h15min, agradecendo
423 a presença e a paciência de todos. Eu, Maristela Bencici Feldman, lavrei esta ata.

424 Osasco, 07 de abril de 2017.

425 _____
426 Profa. Dra. Luciana Massaro Onusic

427 _____
428 Sra. Juliana Mateusa Meira Cruz

429 _____
430 Alan Almeida Miron Soldi

431 _____
432 Prof. Dr. Antonio Cordeiro Filho

433 _____
434 Prof. Dr. Danilo Braun Santos

435 _____
436 Prof. Dr. Douglas Mendosa

437 _____



438 Prof. Dra. Fabiana Rita Dessotti

439 _____
440 Prof. Dr. Fabio Alexandre dos Santos

441 _____
442 Prof. Dra. Heloisa Candia Hollnagel

443 _____
444 Prof. Dra. Ismara Izepe de Souza

445 _____
446 Jéssica Franulovic Mendes dos Santos

447 _____
448 Prof. Dr. Luis Hernan Contreras Pinochet

449 _____
450 Prof. Dr. Marcelo Soares de Carvalho

451 _____
452 Prof. Dra. Marina Gusmão de Mendonça

453 _____
454 Prof. Dra. Marina Mitiyo Yamamoto



Ministério da Educação
Universidade Federal de São Paulo
Campus Osasco



ATA/CONG/07/04/2017/Ord.

- 455 _____
- 456 Mário Henrique Camargo Maciel de Carvalho
- 457 _____
- 458 Prof. Dr. Mauri Aparecido de Oliveira
- 459 _____
- 460 Prof. Dr. Murilo Leal Pereira Neto
- 461 _____
- 462 Profa. Dra. Nena Geruza Cei
- 463 _____
- 464 Profa. Dra. Nildes Pitombo Leite
- 465 _____
- 466 Ricardo Vieira Bertoldo
- 467 _____
- 468 Rosangela Rocha da Silva
- 469 _____
- 470 Maristela Bencici Feldman
-